

Lima Vaz e a relação mística e política

Francisco José da Silva¹

Resumo: Pretendemos discorrer neste ensaio sobre a questão da relação entre Mística e Política, tal como discutida pelo filósofo Henrique Cláudio Lima Vaz, em seu livro *“Experiência Mística e filosofia na tradição ocidental”* (2000), tendo como objetivo essencial entender os riscos da assimilação ou redução da Mística à Política e, conseqüentemente sua degeneração. Lima Vaz parte da reflexão sobre o pensamento do escritor francês Charles Peguy (1873-1914) no tocante a tal degradação da mística em Política e a perversão da consciência cristã. A absolutização ideológica do político, conduz a uma perversão da chamada experiência mística cristã, que se degenera e reduz a uma demanda da imolação e sacrifício em nome dos novos ídolos da classe, da raça e nação. Desta forma, à luz da abordagem de Lima Vaz em sua reflexão hermenêutico-histórica de nosso tempo, percebemos nos fenômenos políticos recentes a exacerbação dessa suposta “mística Política” que exalta figuras com perfil populista e autoritário a condição de verdadeiros seres infalíveis, em detrimento inclusive da racionalidade, diante da experiência religiosa que se encontra em profunda precariedade, seja pela dissolução provocada pela sociedade da informação, seja pelo desencanto dos aspectos racionais e democráticos da vida Política. Concluimos nossa abordagem com uma reflexão sobre a relação entre Profecia (Mística profética) e Política, como uma forma de entender o papel crítico do profetismo (antigo e contemporâneo) em relação a tal assimilação da Mística à Política.

Palavras-chave: Mística; Política; Profecia.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discorrer sobre a relação entre Mística e Política, tal como discutida pelo filósofo Henrique Cláudio Lima Vaz, no anexo de seu livro *“Experiência Mística e filosofia na tradição ocidental”* (2000), tendo como objetivo essencial entender a especificidade de cada um destes âmbitos, mas principalmente os riscos da assimilação ou redução da Mística à Política, e conseqüentemente, sua degeneração, para servir como reflexão diante dos problemas que estamos vivenciando contemporaneamente em relação a essa temática no que diz respeito ao extremismo das tendências Políticas (de direita e esquerda), o que revela um esvaziamento da racionalidade política e sua vinculação com certa mistificação do poder e do líder político de forma acrítica, através da instrumentalização de um discurso moralista com forte apelo supostamente cristão (católico e evangélico). Essas tendências extremistas tem sido algo que perpassa não apenas o âmbito religioso (como os fundamentalismos cristão e islâmico), mas também o político (extrema direita e esquerda), tanto em nível mundial

1 Doutorando em Filosofia (UFC) e Professor da UFCA (Juazeiro do Norte). E-mail: franz.silva@ufca.edu.br

(Europa e EUA) quanto nacional, como podemos constatar na polarização das últimas eleições no Brasil, onde os temas da família e religião foram destacados.

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar com Lima Vaz, que o esvaziamento semântico do conceito de Mística (assim como o conceito de Ética) adquiriu um sentido distinto daquele que foi em sua originalidade (VAZ, 2000, p.09). compreendida de forma tríplice como mística profética, mistérica e especulativa, hoje foi reduzida a uma forma vulgarizada, como uma manifestação entusiástica e intimista, o chamado misticismo. Partiremos desta distinção entre Mística e misticismo, em seguida entendermos a especificidade do Político, seu fundamento histórico ligado à práxis humana, para melhor compreender em que sentido se dá a degeneração da Mística, ao ser reduzida ao âmbito histórico do Político, de tal forma a reduzir esta experiência do anseio de união com o Absoluto (como se define geralmente a Mística), a uma forma contingente que identifica o finito e contingente com aquilo que o ultrapassa. Por fim, apresentaremos a Profecia como uma forma de espiritualidade mística alternativa e crítica em relação à mistificação do político na contemporaneidade.

OS FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA MÍSTICA E DA POLÍTICA

Para ampliar a compreensão do escrito sobre a tradição mística e sua relação com a Política no pensamento de Lima Vaz, devemos remontar aos fundamentos ontológicos e antropológicos nos quais se apoiam suas reflexões (SOUSA, 2014), especialmente como são articulados no próprio escrito sobre a tradição mística, mas especialmente em sua *Antropologia Filosófica I* (1992), cuja parte sistemática começa com a distinção entre as estruturas básicas do ser homem através das categorias de Corpo próprio, Psiquismo e Espírito, bem como as relações de objetividade (relação eu-objeto), intersubjetividade (relação eu-outro) e transcendência (relação eu-Absoluto). Neste sentido, o âmbito de nossa discussão sobre Mística e Política, se apresenta como partes da categoria do Espírito e nas relações de intersubjetividade e transcendência, como se apresentam na sua concepção antropológica.

O conceito de Espírito tem uma longa história tanto na tradição filosófica quanto teológica, desde as concepções do Antigo Testamento sobre o Espírito (*ruach*) de Deus que esteve presente na criação (Gen 1, 2) e inspirou os profetas (Hb 1, 1), o qual foi assimilado pelo Cristianismo nascente como a terceira pessoa da Trindade divina, do espírito humano teria sua origem e seria um reflexo (1 Cor 3, 16). Na tradição filosófica grega a ideia de Espírito é, em um primeiro momento, entendida como a forma Intelecto divino (O *nous*, segundo Anaxágoras), posteriormente adquirindo um sentido psicológico quanto metafísico (especialmente com Aristóteles).

Na modernidade sob o influxo do pensamento cristão medieval tal conceito passa a adquirir novas acepções, com o pensamento alemão, especialmente em Hegel (1770-1831), elabora-se uma concepção de Espírito que será muito influente abarcando não apenas uma visão teórica, mas aspectos da filosofia prática, partindo de sua *Fenomenologia do Espírito*

(1807) e abarcando a filosofia do Espírito na *Enciclopédia das Ciências filosóficas* (1817-30). Para Hegel, o Espírito é antes de tudo uma realidade inserida no mundo, não apenas um intelecto separado do real como se pensava na tradição antiga. “O Espírito é a vida ética de um povo, enquanto é a verdade imediata: o indivíduo que é um mundo” (HEGEL, 2002, p.306). O Espírito abarca os momentos, subjetivo (o homem em sua naturalidade), o objetivo (as relações intersubjetivas e práticas, nas esferas do Direito, da Moralidade e da Eticidade) e absoluto (que carrega e sintetiza os momentos anteriores) numa concepção mais elevada através da Arte, da Religião e da Filosofia.

Sobre a categoria do Espírito, nos esclarece Lima Vaz,

Com a categoria do espírito ou com o nível estrutural aqui designado como noético-pneumático, atingimos o ápice da unidade do ser humano. É nesse nível que o ser humano abre-se necessariamente para a transcendência: trata-se de uma abertura propriamente transcendental, seja no sentido clássico, seja no sentido kantiano moderno, que faz do homem nesse cimo do seu ser que é também, para usar outra metáfora, o âmago mais profundo de sua unidade, um ser estruturalmente aberto para o Outro. No horizonte do espírito, o outro desenha seu perfil como outro relativo na relação intersubjetiva, e se anuncia misteriosamente como Outro absoluto na relação que deverá ser dita propriamente relação de transcendência (VAZ, 1991, p.201).

Quando falamos de um “anúncio misterioso” do Outro absoluto, estamos no campo da Mística. Afinal, o que caracteriza a Mística? Qual o fundamento antropológico da Mística? Como ressalta o filósofo mineiro, o termo Mística tem sido usado de forma indiscriminada e deslocada de seu sentido originário na sociedade moderna para se referir a manifestações de cunho espiritual que nem sempre correspondem a suas origens, especialmente quando se denomina misticismo uma espécie de excesso de espiritualidade que descamba em superstição ou reduzida a interesses mundanos (VAZ, 2000, p.09).

Desta forma, o filósofo mineiro define o termo a partir de sua origem grega, a Mística (*mystika*) é uma busca de união do iniciado (*mystes*) com a divindade através dos mistérios sagrados (*mysteria*). Tal compreensão foi ampliada na filosofia de Platão e no Neoplatonismo, como uma forma de especulação filosófica que busca apreender o princípio primeiro de todas as coisas através da faculdade mais elevada de nossa alma, a *noesis*, por fim, com o aporte do Cristianismo (e suas origens judaicas) se desenvolve como uma forma de espiritualidade cuja meta última é a união com o Deus que se revela a humanidade por meio de sua Palavra e nos sacramentos. No Idealismo Alemão essa especulação iniciada no pensamento platônico alcança seu ápice.

Neste sentido, como nos esclarece Lima Vaz, há três formas de Mística: a Mística profética, a mística e a especulativa (VAZ, 2000, PP.29-75). A chamada Mística mística, que,

como assinalado acima, relaciona-se com as chamadas religiões de mistério, baseadas numa forma de iniciação reservada a poucos e vincula o iniciado a uma determinada divindade e seus ritos específicos (Mistérios de Ísis, de Elêusis, de Orfeu, de Mitra). A Mística profética que baseada na Palavra revelada pelos profetas judeus busca a efetivação desta revelação na vida do povo. Por fim, a Mística especulativa que se baseia na especulação filosófica, na contemplação do Uno ou do Absoluto, como por exemplo, a Mística cristã medieval (São João da Cruz, Teresa d'Ávila, Mestre Eckhart, Johannes Tauler) e o Idealismo Alemão (Schelling e Hegel).

Como já assinalamos anteriormente, a Mística, tal como a Política são formas próprias da categoria do Espírito, embora enquanto aquela esteja ligada a relação com o Outro-Absoluto, isto é, ao transcendente (VAZ, 2000, p.11), esta última vincule-se a relação com o outro-relativo, ou a relação intersubjetiva, a qual está ligada ao campo histórico e contingente da práxis humana em contextos históricos (VAZ, 2000, p.11), daí a necessidade de chamar a atenção para estas especificidades e evitar as confusões que tem alimentado as experiências totalitárias, ao se apresentarem como uma espécie de salvação última (vinculada a uma pura imanência) e ao agir contingente que caracterizam os sistemas econômicos e políticos da modernidade, cujas pretensões abarcam uma absolutização de si mesmas e a negação do que há de mais essencial ao ser humano, sua vocação à transcendência.

Como nos esclarece o próprio Lima Vaz,

A Política é uma invenção grega. Ela nasce no momento em que as cidades se constituem democraticamente e em que os legisladores fazem apelo aos conceitos e aos procedimentos da razão para estabelecer os critérios e as regras do consenso cívico. A Política é, pois, por excelência, a arte da razão, e sua obra será justamente operar um consenso racionalmente fundamentado em torno do mais justo, que será também, por definição, o melhor para a cidade (VAZ, 2000, p.87)

Tal concepção da Política, como sabemos, remonta aos gregos, especialmente as obras de Platão (*A República*) e Aristóteles (*A Política*), os quais em suas reflexões éticas e Políticas compreendiam tal atividade como um dos aspectos mais importantes da experiência humana (*zôon politikon*), uma vez que amplia a busca pela vida boa no campo da vida prática e comunitária (*Pólis*), ultrapassando o mero interesse individualista e egoístico que caracteriza a experiência do homem moderno (OLIVEIRA, 1993). Se a Ética diz respeito às ações e hábitos virtuosos que conduzem a vida feliz (*Eudaimonia*), a Política tem como finalidade a realização dessa felicidade numa comunidade Política (*Pólis*).

Neste sentido, podemos entender o aspecto paradoxal, como afirma ainda Lima Vaz, desta relação entre Mística e Política, que acabam por se confundir em meio a crescente ampliação do âmbito político na modernidade (a tese *tudo é Política*), ao assimilar inclusive aquilo que era próprio da espiritualidade.

A relação entre mística e Política na atual situação espiritual e cultural do Ocidente aparece, na verdade, paradoxal. O político, como previra Hegel, acabou por penetrar e envolver todas as esferas da existência, canalizando para seus desígnios de poder as poderosas energias psíquico-espirituais despertadas no ser humano pelo apelo ao Absoluto e que devem confluir normalmente para a experiência mística. Mas o pseudo-absoluto do político - do Estado - não é, por definição, capaz de acolher, e muito menos satisfazer, a autêntica intenção do Absoluto constitutiva do nosso espírito (VAZ, 2000, pp.12-13).

Desta forma, a espiritualidade mística é de certo modo cooptada pelo alargamento de uma concepção de Política, que na verdade confunde o âmbito da interioridade e da intimidade com os interesses públicos e comunitários, levando o homem moderno e massificado a delírios quase místicos diante dos líderes autoritários e populistas, algo que podemos facilmente constatar no período de ascensão dos regimes totalitários nazi-fascistas com Hitler e Mussolini ou comunistas com Mao Tsé Tung e Stalin.

O ponto de partida de Lima Vaz, em sua consideração da Mística e sua relação com a Política está, como já dissemos anteriormente, na consideração sobre o pensamento do escritor francês Charles Peguy (1873-1914), um dos gênios tutelares da cultura cristã no século XX, em sua ênfase na degradação daquela nesta, como assevera o pensador mineiro,

Hoje um discreto silêncio sobre seu nome e sua obra, e é permitido pensar que uma das razões desse distanciamento entre Peguy e nós deva ser buscada numa das ideias fundamentais e diretrizes de seu pensamento: aquela que aponta na degradação da mística em Política o caminho que conduz as mais profundas perversões da consciência cristã. (VAZ, 2000, p.81).

Como podemos constatar, a própria consciência cristã moderna se vê enredada numa perversão de sua espiritualidade que confunde aquele sentido último que se encontra no Absoluto, com formas degradadas de experiência pseudo-mística que buscam sua satisfação em formas meramente contingentes e em figuras carismáticas que pretendem assumir o caráter de líderes infalíveis e iluminados.

Diante disto: Qual posição, devemos tomar em relação aos fenômenos políticos que encontramos em nossa história recente e que parecem trazer esta marca de uma mistificação do poder? Que atitude deve pautar nossa reflexão diante desta degradação da mística em Política? Que perspectivas nos ajudam a refletir de forma crítica estas circunstâncias?

Neste sentido, enfatizamos a necessidade de uma reflexão complementar sobre a relação da Mística com a Política através da Profecia, que cumpre um papel crítico fundamental em seu caráter específico como anúncio da Palavra (revelação da vontade divina) e denuncia

da Injustiça (violações ao direito e a justiça), assumindo uma forma concreta de resistência a tal assimilação da espiritualidade Mística a qualquer forma de ideologia Política.

A REDUÇÃO DO MÍSTICO AO POLÍTICO

Há duas formas pelas quais a Mística perde seu sentido original no mundo moderno, uma delas é o chamado ‘misticismo’ (moderno e contemporâneo), entendido como uma exacerbação ou ampliação do fenômeno da Mística através de manifestações tais como o esoterismo, as “ciências ocultas” (alquimia, magia, teurgia) e o movimento chamado New Age, a outra forma de perda do sentido da Mística é a redução do místico ao Político, tal como discutido no ensaio de Lima Vaz.

Neste sentido, Lima Vaz parte da reflexão sobre a degradação da mística em Política e a perversão da consciência cristã, como já antes percebida pelo escritor francês Charles Peguy (1873-1914), fundador do “*Cahiers de la Quinzaine*” em 1900, autor de “*Jeanne d’Arc*” (1897) e “*Le mystere des saints innocents*” (1912). Para o filósofo, percebe-se uma ameaça à fé cristã que surge na modernidade com o desenvolvimento da ideia de uma divinização do político através das ideologias pagãs que se anunciavam no horizonte do século XX, tais como o nazi-fascismo e o socialismo-comunismo.

Tal absolutização do político tem caráter ideológico e conduz a uma perversão da chamada experiência mística cristã, que se degenera e reduz a demanda da imolação e sacrifício em nome dos novos ídolos do partido, da classe (que dizem respeito ao socialismo-comunismo), da raça e nação (estereotipados pelo nazi-fascismo). Segundo Lima Vaz, um dos fundamentos dessa deriva atéia e anti-cristã que leva à tal redução do místico ao político está no axioma de que “*tudo é política*”, ou seja, a ideia de que a Política contempla todas as atividades humanas, o que exclui a possibilidade de uma relação transcendente, resultando assim na imanentização da experiência mística através da práxis revolucionária (impossibilitando qualquer recurso a ideia do Absoluto) e a sacralização do político como única possibilidade de “transcendência” e realização humana.

O axioma “tudo é política” se fundamenta em dois pressupostos, um hermenêutico e outro ideológico. O primeiro aceita a primazia da chave política para a interpretação do fato religioso na história. O segundo aceita sem discussão a opção de encontrar na imanência da práxis histórica a exigência do Absoluto que habita o coração da criatura humana (VAZ, 2000, p.85).

Assim, conclui o filósofo mineiro,

Assim, a união dos dois pressupostos que afirmam, de um lado, a natureza Política da história das religiões e sua convergência para a aparição histórica do cristianismo e para seu desdobramento no tempo da Igreja, e, de outro, a exaustão da interioridade religiosa na

práxis Política, gera necessariamente a convicção de que *tudo é político*, e torna, assim, perfeitamente lógica a proclamação da identidade do místico e do político (VAZ, 2000, p.86).

Neste ponto, devemos retomar a distinção clássica entre vida teórica e vida ativa, que tem conotações diversas no mundo antigo e com o advento do cristianismo encontra sua ruptura. No mundo antigo a vida teórica diz respeito a conduta desinteressada do filósofo que se dedica a contemplação da ordem do cosmos, enquanto a vida ativa corresponde a vida prática do homem político dedicado às questões da Pólis, a aplicação das leis e realização dos fins de interesse coletivo (VAZ, 2000, p.88). Tais formas de vida encontraram sua síntese no conceito de filósofo político, tal como pensado por Platão (*República*) e Aristóteles (*Política*). O advento do cristianismo representa uma ruptura nessa concepção clássica, uma vez que apresenta uma nova forma de conceber a vida ativa, pensada como vida dedicada ao Evangelho e a Igreja (incompatíveis com os interesses do mundo temporal), e de vida contemplativa, ligada a contemplação da verdade revelada através da união mística com Deus (VAZ, 2000, p.89).

Nossa época será, pois o momento de ruptura desse equilíbrio entre ambas as concepções tendo como causa a crise espiritual vivenciada na modernidade e a confusão entre as formas de espiritualidade mística e práxis Política. O processo de secularização, a perda dos fundamentos básicos da civilização ocidental e a chamada filosofia da práxis, são assim pensados como razões para essa redução da Mística à Política, tal como pensada por Lima Vaz.

Por fim, o resultado desta concepção reducionista da Mística em Política será desastrosa para a própria vida cristã como para a ordem da vida Política.

Essa profunda inversão da hierarquia da ação e da contemplação que atinge tanto a ordem natural da vida Política quanto à ordem sobrenatural da vida cristã, assinala talvez o abandono final dos caminhos dessa aventura histórica que chamamos o Ocidente, e a exaustão do ciclo civilizatório e cultural que hoje os próprios cristãos evitam pudicamente denominar cristão. O que virá depois parece incerto, mas podemos pensar que, ao fim e ao cabo, a destruição da antiga razão prática e a perversão da vida contemplativa pelo furor místico da práxis não são senão o trânsito para o triunfo definitivo da razão técnica e para a robotização do antigo animal político (VAZ, 2000, p.90).

Percebemos aqui, por parte de nosso autor, uma avaliação negativa desse processo que leva a destruição tanto da antiga razão prática, tal como concebida pelos gregos em sua reflexão ética e política, quanto da ideia de vida contemplativa. O resultado desse processo de degradação da Mística acaba servindo como chancela do domínio tecnocrático e da robotização humana, que chega a um estágio avançado numa época de predomínio cibernético e da vida digital, das *fake news*, das redes sociais e da hegemonia dos algoritmos.

Para complementar essa reflexão apresentamos uma abordagem da chamada Mística profética como uma forma de contraposição a essa redução da Mística à Política, embora esteja diretamente em contato com as questões do mundo social e político, a Profecia e sua espiritualidade fundada na Palavra de Deus e em sua absoluta transcendência, seria um antídoto contra qualquer forma de submissão da Religião às ideologias. O profeta, em seu discernimento e em sua autonomia, tem assumido o papel fundamental de alertar para os riscos de uma proximidade excessiva entre a Religião e a Política, e consequentemente a idolatria do poder e dos poderosos.

PROFECIA E POLÍTICA

Nossa reflexão agora se direciona para a chamada Mística Profética, aquela forma que já nos tempos do Judaísmo antigo está em constante diálogo com o âmbito da vida em comunidade e a Política. A Profecia (do grego, *pro-pherein*, proferir, trazer adiante) é uma forma de inspiração e relação com a Palavra divina que existe desde a Antiguidade oriental (Mesopotâmia e Egito), na qual o indivíduo recebe do próprio Deus a revelação de sua Palavra e vontade. No mundo do Judaísmo antigo, o profeta (em hebraico, *Nabi*) é o portador ou representante da palavra de Deus, a qual transmite na forma de oráculos e profecias (ASURMENDI, 1988, p.13).

Segundo Lima Vaz,

Assim como especulativa é uma mística do conhecimento – saber e contemplação, gnosis e teoria – e a mística mistérica é uma mística da vida – assimilação e divinização, homoiosis e theosis -, a mística profética é uma mística da audição da Palavra – fé e caridade, pistis e ágape -, ou seja, é uma mística que floresce no terreno da Palavra de Deus, ouvida e obedecida (Rm 10, 17-18), que cresce até alcançar o caminho mais perfeito (hiperbolon hodon, 1 Cor 12,37), que dá realidade e consistência a todos os caminhos: o caminho da ágape (1 Cor 13, 2-3) (VAZ, 2000, p.57).

Já no AT os profetas demonstram uma independência em relação ao templo e ao culto, na medida em que Yaweh, o Deus de Israel, distingue-se dos deuses dos pagãos, os quais eram de certa forma limitados ao espaço do templo, estes deuses tinham sua vontade aplacada através da oferta de sacrifícios, de tal forma que os reis se serviam disto como forma de legitimação de seu domínio sobre o povo. Desta forma, revela-se a autonomia dos profetas em relação ao poder político e a realeza, o que garante aos mesmos a prerrogativa de criticar e denunciar os poderosos em nome do Direito e da Justiça que emanam da vontade de Deus, como diz o profeta Amós “quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho na terra” (Amós 5,24).

Neste sentido, o profeta que se submete ao poder real coloca-se na condição de mero serviçal e perde a capacidade de impor um direito superior ao divino, como é o caso, por exemplo, dos Profetas de Baal (1 Reis 18,1-40). Em tal caso, o próprio rei assume o lugar de autoridade religiosa, instrumentalizando o templo, a profecia e o culto a seu bel prazer, um exemplo disso está na passagem do livro de Números, onde o rei Balac de Moab envia o profeta Balaão para amaldiçoar o povo de Israel (Números 22). Não é à toa no AT o desinteresse de Yahweh em relação à criação de um templo em seu nome como pretendido por Davi (1 Crônicas 17). Também no Novo Testamento, vemos que Jesus ao ser questionado pela samaritana diante do poço de Jacó sobre o lugar de culto (Jerusalém ou Garizim), afirma que “está chegando a hora em que verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade” (João 4, 5-42)

Os profetas de Israel são o modelo mais acabado de experiência crítica da Mística profética, vivendo em constante tensão com o templo e com a realeza e os poderes. Destacamos os grandes profetas bíblicos do Antigo Testamento, tais como Moisés (Êxodo), Elias, Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel (seguidos pelos chamados profetas menores), além dos profetas ligados ao Novo Testamento, especialmente João Batista e o próprio Jesus Cristo. Em várias passagens do NT encontramos referências sobre a profecia e os profetas diante do poder político, exemplo disso é o caso de João Batista e sua denúncia das injustiças praticadas pelo rei Herodes, o que causa seu martírio (Marcos 6, 14-29). Paulo em suas Cartas também desenvolve reflexões teológicas e pastorais a respeito do chamado dom profético (1 Carta aos Coríntios) e sua relação com a vida das primeiras comunidades cristãs. O fenômeno da Profecia alcança um novo patamar ao ser pensado agora a partir da chamada literatura apocalíptica (WILSON, 1993, pp.277-278), que surge no pós-exílio (livro de Daniel) e se torna uma forma específica de denunciar a hegemonia e a dominação de nações estrangeiras sobre o povo de Israel que também florescerá nas primeiras comunidades cristãs, um exemplo disso é o livro do Apocalipse.

Neste sentido, os profetas e os textos apocalípticos se apresentam para nós como modelos de convicção e conduta pautada pelos princípios mais elevados da moral e da justiça, cuja fonte está na Palavra de Deus. Os chamados profetas contemporâneos (Gandhi, Martin Luther King, Dom Helder) são aquelas figuras morais que servem de modelo crítico contra todas as formas de injustiça, sempre se colocando ao lado dos pobres e excluídos do mundo, retomando os princípios já consagrados na literatura bíblica. Na modernidade, uma vez que a tradição e a religião perdem sua centralidade na vida social, a política e os códigos legais que dela emanam assumem o lugar central que servem de parâmetro de conduta, embora também irrompa no âmbito político a ameaça de pretensão à sacralidade por parte de líderes carismáticos, exercendo suas doutrinações ideológicas e conduzindo demagogicamente as massas, numa forma degenerada de suposta religiosidade, por vezes assumindo aspectos que antes eram ligados a Mística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão vaziana sobre a degeneração da Mística em Política serve como alerta para nós, herdeiros da crise da modernidade (e de suas mazelas), sobre os riscos diante de uma ideologização cada vez mais acirrada de todas as questões da vida comunitária, de forma a provocar um reducionismo político que coloca em xeque a própria transcendência, bem como a ampliação da vida prática que perde assim seus fundamentos últimos, caindo numa espécie de ativismo irrefletido.

Desta forma, à luz da abordagem de Lima Vaz em sua reflexão hermenêutico-histórica de nosso tempo, percebemos nos fenômenos políticos recentes a exacerbação dessa suposta “mística Política” que perde suas referências transcendentais e decai na mera exaltação de figuras com perfil supostamente salvífico de caráter populista e ao mesmo tempo autoritário, apresentando-se na condição de verdadeiros seres infalíveis, em um contínuo questionamento irracional das ciências e da racionalidade, como uma forma de salvaguardar uma experiência pseudo-religiosa que se encontra em profunda precariedade, resultante da dissolução provocada pela sociedade da informação ou pelo desencanto dos aspectos racionais e democráticos da vida Política.

O uso de uma suposta “mística” que alimenta o carisma em torno de líderes políticos e suas propostas populistas têm levado a uma nova forma de autoritarismo amparado na chamada Pós-verdade e alimentado pelas Fake News, que constroem versões fictícias do real, levando muitos ao negacionismo e a teorias da conspiração. Desta forma, faz-se necessário uma análise crítica destas circunstâncias em que nos encontramos para compreender o que está por trás destes processos de reducionismo da espiritualidade numa forma contingente e fanatizada.

Lima Vaz nos provoca a reflexão sobre a necessária distinção entre aspectos fundantes da experiência humana em sua unidade ontológica e espiritual. Neste sentido, a percepção de como em nosso tempo se dá uma crise civilizatória sem precedentes que desequilibra a harmonia entre a vida contemplativa e a vida ativa, serve de alerta para que possamos encontrar caminhos de solução deste impasse. Daí o risco que representa essa confusão entre Mística e sua pretensão à união com o Absoluto e os interesses práticos da vida Política que se efetiva historicamente no mundo temporal, mas não exclui a vocação do homem a sua plena realização.

A nossa iniciativa de inserir a discussão sobre a importância da mística da Profecia nesta abordagem, pretende combater a confusa perspectiva contemporânea sobre o lugar da religião na Política, tanto por parte dos grupos religiosos fundamentalistas e partidos conservadores, quanto pelas visões negativas dos partidos e movimentos progressistas. A mística da Profecia nos alerta para a necessidade de uma percepção da contribuição ética das religiões frente à Política, preservando sempre sua autonomia em relação ao poder, ao mesmo tempo em que rechaça qualquer forma de politização das religiões. Numa era pós-secular (HABERMAS, 2007) é preciso compreender a importância das religiões no espaço público

e democrático, não apenas como instituições a terem seu direito garantido, mas como parceiras em um processo de diálogo aberto e plural sobre aquilo que interessa a coletividade do ponto ético e democrático. Enfim, como nos exorta o apóstolo Paulo “Não extinguis o Espírito. Não desprezeis as profecias. Examinai tudo. Retende o bem” (1 Tess 5, 19-21).

REFERÊNCIAS

- ASURMENDI, J. *O profetismo. Das origens a época moderna*. SP, Paulinas, 1988.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito (Volume único)*. Tradução Paulo Meneses, José Nogueira e Karl Heinz-Efken, Petrópolis/Bragança Paulista, Vozes/USF, 2002.
- _____. *Enciclopédia das Ciências filosóficas em compêndio* (1830). Tradução Paulo Meneses e José Nogueira, SP, Loyola, 1995.
- OLIVEIRA, M.A. *Ética e Sociabilidade*. SP, Loyola, 1993.
- SOUSA, M. C. de. *Comunidade ética. Sobre os princípios ontológicos da vida social em Henrique Claudio de Lima Vaz*. SP, Loyola, 2014.
- VAZ, H.C.L. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. SP, Loyola, 2000.
- _____. *Antropologia filosófica I*. SP, Loyola, 1992.
- _____. *Antropologia filosófica II*. SP, Loyola, 1992.
- _____. *Ontologia e História*. SP, Loyola, 2001.
- WILSON, R.R. *Profecia e sociedade no Antigo Israel*. TRADUÇÃO João Rezende Costa, SP, Paulinas, 1993.